

> NÚMERO 06 – Junho de 2013 ISSN: 2176-5782

As cartas da Langidila: memórias de guerra e escrita da história

The letters of Langidila: memories of war and history writing

Liliane Batista Barros¹

RESUMO:

Ao analisar as cartas escritas por Deolinda Rodrigues às mulheres angolanas, publicadas no livro *Cartas da Langidila e outros documentos*, constatamos a proposta de duas linhas de ação das mulheres angolanas referentes à guerra de libertação em Angola: a primeira seria a constituição de uma frente de ação fora do Continente Africano, na busca pelos patrícios que saíam para estudar com o intuito de arregimentá-los ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), além de divulgarem notícias de Angola. A segunda seria interna, na qual atuariam na alfabetização, auxiliariam os refugiados e assim trariam simpatizantes e novos membros para o MPLA, bem como produziriam alimentos e levariam armas para as frentes, sem levantar suspeitas.

Palavras-chave: Cartas; Deolinda Rodrigues; Cartas da Langidila e outros documentos; Frente feminina; MPLA

ABSTRACT:

After analyzing the letters written by Deolinda Rodrigues to Angolan women, published in the book *Letters from Langidila and other documents*, we have identifyied two lines of action by Angolan women regading the war in Angola: the first, the organization of an action front outside the African continent in search for ex-patriates who had left the country to study in order to recruit them to take part in the Angolan Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA) in addition to spread news from Angola. The second is internal. They acted in literacy projects, helped refugees and as a result, brought even more sympathizers and new members to MPLA. Moreover, they produced food and took weapons to the front without being noticed.

KEYWORDS: Letters; Deolinda Rodrigues; Letters from Langidila and other documents; female front; MPLA

¹ Professora de Literatura da Universidade Federal do Pará (UFPA) e aluna do programa de doutorado em Letras Literatura pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em Estudos Literários. lilibb@ufpa.br



> NÚMERO 06 – Junho de 2013 ISSN: 2176-5782

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar as cartas escritas por Deolinda Rodrigues às mulheres angolanas, publicadas no livro *Cartas da Langidila*² *e outros documentos*. Em nossas leituras, observamos que as cartas as quais serão aqui analisadas — estas foram enviadas no período vivido no qual a autora morou fora do continente africano — têm um tom diferente das escritas realizadas após o seu retorno ao continente.

Na introdução do livro *Cartas da Langidila e outros documentos*, Libania Gimenez nos conta que Deolinda nasceu no Catete, em 10 de fevereiro de 1939, era filha de dois professores primários, e seu pai foi também pastor da Igreja Metodista. Ela cursou a escola primária em Luanda, em companhia da tia, Maria da Silva, mãe de Agostinho Neto. Nessa residência viviam outras crianças vindas do interior, que foram deixadas aos cuidados de 'dona Maria', também foi esposa de pastor. Em relação à Deolinda, Gimenez afirma ser ela "Muito sensível às injustiças, sentiu desde muito jovem a opressão e a exploração que os colonialistas exerciam sobre os angolanos" (GIMENEZ, 2004, p. 23).

Em 1959, veio estudar no Brasil com uma bolsa da missão evangélica e por causa do acordo de extradição assinado entre Brasil e Portugal (Deolinda constava da lista dos possíveis extraditados), a missão decidiu enviá-la aos Estados Unidos. No período em que esteve naquele país escreveu cartas mobilizando as mulheres para unirem-se em prol da independência de Angola e a partir desse movimento foi formada a Organização da Mulher Angolana (OMA). No retorno à África, viveu em Konakry capital da Guiné, seguindo depois para Kinshasa, cidade da República Democrática do Congo, onde trabalhou no Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (VCAAR). E foi em Kinshasa, ainda, que ajudou a implantar a OMA dentro do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Em 1963, vai para Brazzaville, capital da República do Congo, em virtude de o

² Langidila é o pseudônimo de Deolinda Rodrigues, que significa vigilante, sentinela em quimbundo, segundo informa Roberto de Almeida (2004, p. 13).



> NÚMERO 06 – Junho de 2013 ISSN: 2176-5782

MPLA ser expulso da República Democrática do Congo por interferência de Robert Holden, líder da União das Populações de Angola (UPA), movimento de libertação que se opunha ao MPLA, onde continuam as ações da OMA. Em 1965, participa na União Soviética do Congresso da Federação Democrática Internacional das Mulheres e, ao retornar a República do Congo, ajuda no Centro de Instrução Revolucionária, fundado na cidade de Dolisie. Em outubro de 1966, viaja no Esquadrão KAMY para Angola levando armas e munições e, segundo ela, "havia de iniciar em breve o seu treinamento político-militar. Finalmente iria tornar-se realidade o seu mais fervente desejo: empunhar a arma da liberdade" (2004, p.37). as mulheres, enfim, conquistam o direito de participarem das lutas armadas e Deolinda não alcança este objetivo pois é presa pela UPA e executada, não se sabe ao certo quando nem como e nem tão pouco se tem notícias de onde estão os seus restos mortais.

O período histórico vivido por Deolinda foi muito conturbado, visto que após a Segunda Guerra Mundial, uma das questões que passou a ocupar a agenda de discussões na ONU foi a colonização da Ásia e da África. A partir de então, tiveram início as guerras anti-imperialistas com o surgimento de movimentos nacionalistas nos territórios coloniais que constataram a fragilidade dos impérios ocidentais hostilizados pelas novas potências: Estados Unidos e União Soviética. Um fator que possibilitou essa guinada foi a condenação da pureza racial (que culminou no holocausto judeu) que resultou na defesa da liberdade e da independência defendidas pelo princípio da autodeterminação como defende a Carta das Nações Unidas, capítulo XI, com o título "Declaração sobre os territórios não autônomos". O artigo 73 desse capítulo define que os membros da ONU que tivessem territórios sob sua responsabilidade deveriam reconhecer o princípio dos interesses dos habitantes e assegurar o respeito pela cultura dos povos, o seu progresso político, econômico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua proteção contra qualquer abuso.

Na África, os países filiados à ONU – França, Inglaterra, Bélgica – passaram a articular estratégias para colocar fim ao controle direto das colônias, dando a independência política, mas mantendo a dependência financeira. Na África britânica, a Costa do Ouro (hoje, Gana)



> NÚMERO 06 – Junho de 2013 ISSN: 2176-5782

teve sua independência em 1957; na África francesa, a Guiné Conakry tornou-se independente em 1958; mesmo nos territórios onde tenham ocorrido conflitos, como Argélia, África do Sul e Quênia³, as colônias francesas e inglesas tiveram suas independências entre 1960-1963. Portugal, porém, não abriu mão de nenhum de seus territórios e procurou estreitar ainda mais seus laços de domínio, o que teve, como consequência, o pedido de ingresso na ONU vetado pela URSS, em 1946. A alternativa portuguesa foi a de modificar a Constituição trocando a nomenclatura das colônias para "províncias ultramarinas", em junho de 1951⁴. Assim, Portugal não possuía mais colônias, e sim províncias, o que justificaria sua presença nessas "províncias" seria sua missão civilizadora. A tônica da política ultramarina passa então a ser a assimilação, respaldada pela teoria lusotropicalista, desenvolvida pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, que visitou as províncias ultramarinas, em 1951, a convite do governo português. Quando essa visita ocorreu, Deolinda Rodrigues tinha doze anos e já morava em São Paulo de Luanda, capital de Angola, e sentia os efeitos desse processo. Entretanto, o movimento pela descolonização já acontecia nesse período, conforme observa Albert-Paul Letin no artigo "De Bandung a Havana" (apud SANTIAGO, 1977). O autor faz um importante percurso histórico sobre as conferências que ocorreram de 1945 a 1955 entre os países africanos e asiáticos colonizados e aqueles já independentes que se movimentaram em negociação para acelerar o processo de descolonização e garantir os direitos de todos os povos junto à ONU. De 18 a 24 de abril de 1955, ocorre a primeira conferência afro-asiática, com representantes de 29 governos, em Bandung. Na pauta de discussões, estão as questões políticas, econômicas e culturais e, como resultado dessa conferência, são propostos os dez princípios de Bandung:

Respeito pelos direitos do homem, da mesma forma que os princípios e finalidades da Carta das Nações Unidas; respeito pela soberania e

³ Sobre a questão do Quênia, ver em AGUIAR, Flávio. Disponível em:

http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2008/janneiro/a-questao-do-quenia/>.

⁴ A esse respeito, ver <<u>http://debates.parlamento.pt/?pid=r2</u>>. Neste *site*, constam os pareceres da Câmara Corporativa acerca do projeto de lei.



> NÚMERO 06 – Junho de 2013 ISSN: 2176-5782

integridade territorial dos Estados; igualdade dos povos e nações; não intervenção nos negócios internos dos Estados; direito de cada nação se defender só ou coletivamente; não utilização de dispositivo de defesa que sirvam aos interesses particulares das grandes potências e não utilização de pressões sobre outros países; não utilização de atos de ameaças e agressão e não emprego de força contra a integridade territorial e a independência dos países; regulamentação dos conflitos por meios pacíficos, tais como as negociações, a conciliação, a arbitragem ou a regulamentação jurídica ou outras medidas decididas pelas partes em causa no quadro da Carta das Nações Unidas; promoção dos interesses comuns e da cooperação; respeito pela justiça internacional e as obrigações que daí decorrem. (LANTIN, 1977, p. 40)

A segunda conferência ocorreu no Cairo, de 26 de dezembro de 1957 a 19 de janeiro de 1958, com 500 delegados vindos de 40 países e territórios de Ásia e da África, sendo então criada a Organização de Solidariedade dos Povos da África e da Ásia (OSPAA), com representação dos países independentes e dos movimentos de emancipação dos dois continentes. Entre as decisões estão a formação de um "Fundo de Solidariedade", a criação de um "Bureau de escritores e autores afro-asiáticos" com a proposta da edição de uma revista trimestral, além dos "Comitês nacionais de solidariedade". No ano seguinte, a conferência foi realizada em Acra, capital de Gana, independente há poucos meses. Nessa conferência, o MPLA angolano e a FLN argelina recebem apoio. Segundo Letin (*apud* SANTIAGO, 1977), esse movimento foi julgado perigoso pelas potências que decidiram dar a independência política e manter a dependência econômica, como afirmamos anteriormente, além de garantir as fronteiras estabelecidas pelo colonialismo no século XIX. A OSPAA faz sua segunda conferência em abril de 1960, em Conakry, e o conflito ideológico entre chineses e soviéticos degenera em polêmica pública.

Deolinda faz menção a uma Conferência das Mulheres ocorrida e refere que Uija não pôde comparecer ao evento. A carta é de 4 de janeiro de 1961, portanto a conferência deve ter ocorrido em 1960 e Letin não faz alusão a ela, todavia, Deolinda testemunha: "Num certo sentido a luta não é entre Ocidente e Oriente, mas entre o branco e o preto; por isso, o nosso



> NÚMERO 06 – Junho de 2013 ISSN: 2176-5782

apoio vem do bloco afro-asiático e não temos nada ver com os fantoches da ONU, nem com os outros povos brancos quer sejam dum ou doutro bloco" (RODRIGUES, 2004, p. 90). Pela posição de Deolinda, a União Soviética não é bem vista, pois a diferença posta por ela é entre pretos e brancos, e talvez isso se deva ao lusotropicalismo proclamado pelo governo português. Mas a questão do bloco afro-asiático presente na carta e o fato de a ONU não assumir uma posição em relação às colônias africanas são criticados por ela, o que comprova o acesso às informações que circulavam nas reuniões do MPLA, portanto ela era membro atuante desse movimento, o olhar crítico e a posição política defendida por ela, o que não era comum às mulheres naquele período.

Continuando o percurso de Letin, na quarta sessão da OSPAA, em 1961, Fidel Castro envia um comitê executivo a Bandung. Nesse mesmo ano, a juventude afro-asiática teve um congresso, no Cairo, Egito, e um comitê executivo da OSPAA reuniu-se, em dezembro, em Gaza, Palestina. Em 1962, os encontros entre representantes dos três continentes intensificam-se e, em Conakry, Guiné, de 15 a 20 de outubro de 1962, ocorre a segunda conferência de juristas afro-asiáticos. Em fevereiro de 1963, Fidel Castro envia um representante para participar da terceira conferência da OSPAA, em Moshi, na Tanganica, e propõe uma conferência dos três continentes, em Havana, que é aprovada. Nesse mesmo ano, em Adis-Abeba, capital da Etiópia, em 25 de maio, é criada a Organização da Unidade Africana (OUA). Nessa conferência, são adotadas resoluções sobre a luta contra o *apartheid* e contra a discriminação racial e sobre os "abusos intoleráveis" de que são vítimas, nos EUA, os afro-americanos. A Conferência, finalmente, dota a OUA de estruturas permanentes: comissões especiais e secretariado geral.

A sexta reunião do comitê da OSPAA realiza-se em Argel, Argélia, e o comitê decide a convocação dos representantes dos 12 países membros, para que se reúnam no Cairo. A quarta conferência da OSPAA, em Winneba, em Gana, de 9 a 19 de maio de 1965, com mais de 400 delegados de 51 países da África e da Ásia. Nessa conferência, decidem intensificar a ajuda ao MPLA e a luta de libertação de Angola, bem como expulsar a FNLA de Holden



> NÚMERO 06 – Junho de 2013 ISSN: 2176-5782

Robert, por seu compromisso com os EUA, e fixam a data da conferência de solidariedade dos povos da África, Ásia e América Latina para 3 de janeiro de 1966, em Havana, Cuba, sendo a quinta conferência da OSPAA marcada para Pequim, China, em 1966, que era constantemente adiada pela rivalidade entre União Soviética e China.

A crítica que perpassa o presente artigo é que os governos do Terceiro Mundo não são capazes de encontrar soluções satisfatórias frente aos problemas dos países, os quais nem sempre têm os mesmos princípios, e que por isso procuram defender seus interesses individuais: existem países com orientação socialista e outros com orientação capitalista. Além disso, há graves problemas internos, como hipotecas estrangeiras, guerra civil, entre outros. As críticas apontadas pelo autor são relevantes e contribuem para a compreensão do período histórico – principalmente da origem do Terceiro Mundo – e o quanto as conferências foram importantes para as independências das colônias francesas e inglesas. Do mesmo modo, a crítica apontada no final do artigo, em relação à dissolução do bloco por motivos internos de cada país, também é coerente. Fizemos esse percurso para que o leitor compreenda que as lutas de libertação dos países colonizados não forma isoladas e que houve uma pressão sobre a ONU e que também souberam aproveitar a Guerra Fria em prol de suas reivindicações.

Em relação à publicação de cartas, é preciso compreender o papel das editoras que se interessam por elas, desde que discorram sobre personalidades que despertem a curiosidade do público, como escritores, políticos e outras figuras públicas. Segundo Renato Lemos (2004, p. 10), "o hábito de guardar cartas recebidas e cópias das enviadas também condiciona o circuito editorial. Clarice Lispector preservou sua correspondência pessoal em detrimento dos originais dos romances e contos. Aquilo que eventualmente descartou não se saberá jamais". Matildes Demetrio, ao discutir sobre a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas, registra: "De todos os gêneros em prosa, a carta é o mais difícil de ser enquadrado, pois sua feição verbal é múltipla e participa da natureza de outros gêneros periféricos como o diário, a autobiografía e o memorialismo" (*apud* SANTOS, 1998, p.35). O



> NÚMERO 06 – Junho de 2013 ISSN: 2176-5782

caráter memorialístico das cartas, que é definido como gênero epistolar, foi reconhecido pelo próprio Mário de Andrade que, em carta de 20 de junho de 1940, confessa a Sérgio Milliet:

Não tenho jeito pra memórias. Mas as cartas são sempre uma espécie de memórias desde que tenham alguma coisa mais nuclear e objetiva que arroubos sentimentais sobre o espírito do tempo. E as memórias em carta têm um valor de veracidade maior que o das memórias guardadas em segredo pra revelação secular futura (MORAES, 1997, p. 187-188).

Vale lembrar, ainda, o que afirma Ernesto de Melo e Castro (2000, p. 15): "Todas as cartas acabam por nos dar versões ficcionadas daquilo que nos querem dizer existindo um hiato profundo entre o que o autor da carta quis comunicar, o que ele escreveu na carta e aquilo que o destinatário mais tarde lerá". Não deixa de ser esse o nosso papel de leitores e, no caso deste trabalho, a relação com a história nos faz, talvez, um pouco ficcionistas, como Castro.

A troca de cartas entre Hannah Arendt e Mary Mccarthy, publicadas 1995, por Carol Brightman, a respeito das quais Celso Lafer, no artigo "Sobre a correspondência de Hannah Arendt", comenta:

A correspondência oferece pistas adicionais sobre o círculo de amigos de Hannah Arendt, tanto os da Europa, transplantados para os Estados Unidos, quanto os que nos Estados Unidos foram se agrupando por força de afinidades filosóficas, literárias ou políticas. Entre as duas amigas havia complementaridade e identificação, e Mary McCarthy representou o pólo da inserção de Hannah Arendt nos Estados Unidos (LAFER, 2000, p. 126-127).

As cartas mostram, de um lado, a vida de uma exilada, como a própria Arendt se define; de outro, ajudam na compreensão do pensamento dessa grande intelectual que conseguiu, apesar da guerra e do exílio, formar um grupo de amigos nos Estados Unidos. A troca das cartas entre as amigas revela o cotidiano e a condição feminina dessas mulheres. É interessante lembrar que escrever cartas é uma ação ligada à memória e, como tal, também



> NÚMERO 06 – Junho de 2013 ISSN: 2176-5782

ligada ao arquivamento do eu, por manifestar opiniões e experiências pessoais. Assim, tal ato pode ser considerado como suporte dessa mesma memória, capaz de transmitir para a posteridade eventos e sentimentos de uma época e, também, preenche as lacunas da história, trazendo à luz a voz que não foi ouvida e os acontecimentos não narrados. Para Deolinda, as cartas são um meio de propagar suas revoltas, seus ideais, seus projetos e sua crença em uma Angola independente. Porém, a carta é marcada, ainda, por lembrança e esquecimento demonstrado por um discurso lacunar que nasce da falta de algo ou de alguém. A partir da leitura das cartas escritas por Deolinda Rodrigues, podemos afirmar que essa escrita é uma forma de arquivamento que se manifesta de duas maneiras: a primeira refere-se ao ato de arquivamento histórico contido na escrita; e na segunda, a carta é instrumento importante na constituição dos arquivos pessoais, visto que contém informações dos lugares em que viveu e dá notícias das atividades que exerceu. Na escrita de Deolinda há manifestações de sentimentos de alegrias e tristezas em relação aos conterrâneos e a urgência em ações efetivas para a independência de Angola. Assim, acreditamos que As cartas de Lagidila são complemento histórico do momento da guerra de libertação por dar a voz às mulheres que participaram do movimento e que nem sempre tiveram seu lugar reconhecido.

Em relação à escrita de Deolinda, há de se considerar as intencionalidades presentes no discurso, em relação à política, e é preciso privilegiar, além do conteúdo, as condições em que foram produzidas, as intenções e motivações, tendo em vista ser esse um período conturbado da história do continente africano. Nelas está o lamento pelos prisioneiros, pelos que morreram em prol da independência do país e que intensificam ainda mais o desejo de ir à luta para a redenção desses mortos, no sentido benjaminiano, que justifica a impaciência da autora na urgência em agir, em ir à guerra para alcançar a independência do país. Os assuntos tratados nelas vão desde o apoio aos que estão estudando em outros países, além de promoverem a formação política das mulheres a quem ela escreve, bem como dão conselhos e propõem ações.



> NÚMERO 06 – Junho de 2013 ISSN: 2176-5782

O livro constitui-se de um conjunto de 33 cartas que datam de 1958 a 1963, sendo uma enviada por Sarah Bennett à Deolinda, tratando da vinda dela para o Brasil; duas escritas por Deolinda à Sarah Bennet e à D. Dina, reitoras do Instituo Metodista em São Paulo, no Brasil; vinte cinco foram endereçadas a homens, entre eles, o irmão e outros amigos; cinco foram escritas a mulheres angolanas, sendo estas as que nos interessam como foco de análise – cabe ressaltar que as fotografias e documentos que compõem o livro não serão tratados aqui. As cartas são um importante material de pesquisa, pois contêm informações biográficas, reflexões sobre o processo de independência de Angola, de formação da Organização das Mulheres Angolanas (OMA), além de relatarem e refletirem sobre as atividades do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

No conjunto de cartas dirigidas às mulheres angolanas, é possível observar que há certa cumplicidade entre elas, o que não se percebe nas cartas escritas ao irmão e a Luís, por exemplo. A cumplicidade é percebida por meio nos desabafos acerca da companheira de dormitório, nos EUA:

Mudei de dormitório; vivo agora no rés-do-chão dum outro que abrigo 150 alunas e, o melhor de tudo, a minha companheira é uma grunhi. Embora pense muito à América, já é um pouco diferente da tal filha do superintendente metodista que a deã escolheu para mim, no 1º semestre. Mandei-lhe passear, mais a superintendência deles (RODRIGUES, 2004, p. 94).

Relata as artimanhas para driblar as deãs das missões e levar a público o que realmente acontece em Angola, apesar da censura da missão Metodista que a levou aos Estados Unidos:

[...] quanto ao controle é um dos primeiros obstáculos, mas imagina se lhes damos ouvidos. Através da deã para estudantes estrangeiros nesta universidade, a missionária exige que eu não toque na questão política de Angola, quando vou falar a qualquer grupo; pois, menina, é como



> NÚMERO 06 – Junho de 2013 ISSN: 2176-5782

se esta imposição deles fosse feita a uma surda, porque começo logo por esse ponto mesmo (RODRIGUES, 2004, p. 90-91).

Além da amizade cultivada pela troca de correspondência, as mulheres organizavam, com o apoio do MPLA, atividades como divulgação dos acontecimentos em Angola (notícias de prisioneiros e de mortes, avanços do exército português, ações da resistência), encarregavam-se de localizar os angolanos que saíam para estudar ou trabalhar com a intenção de manter a união entre os angolanos e apoiá-los no que fosse necessário e, assim, conquistá-los para o movimento. Para Deolinda, a preocupação maior era a sedução desses jovens pelo sonho americano, além de se preocupar com a campanha de Holden Roberto contra o MPLA nos Estados Unidos, ao afirmar que esse movimento é comunista, o que, em plena Guerra Fria, conquistava a antipatia dos americanos. Deolinda chega a usar uma estratégia curiosa, que foi o fato de trabalhar no escritório UPA em Nova York, mas não entra em detalhes sobre as atividades no cotidiano do escritório. A perspicácia crítica e a sutileza de suas ações são passadas às amigas como estratégia e como alerta:

Há armadilhas para nos engolir: religiosidade, dólares, honras falsas, mania de nos saquem gratidão a todo o custo; o pior é se servirem de nós para as suas propagandas. [...] cá vamos nos engrossando. Este país é muito extenso e há uma necessidade enorme de informação sobre a nossa tragédia. Há ainda dois factores importantes para se vencer, para o bem de Angola neste país:

- a) A limitação paternalista não só das missões, como também do próprio governo.
- b) A propaganda negativa que Holden e a missões espalham contra o MPLA, "organização comunista" (foi para tentar minorar este mal que quis cooperar no escritório da UPA em New York, em parte) estava a ser demais e com raízes profundas já. E para este povo, citou comunismo fechou o negócio todo, é uma histeria danada por aqui. Pouco a pouco, estamos a apresentar o MPLA a esta gente. Nada nos pode deter (RODRIGUES, 2004, p. 124).



> NÚMERO 06 – Junho de 2013 ISSN: 2176-5782

As primeiras cartas demonstram o incômodo que a autora sente por estar fora de Angola ao mesmo tempo revela a impaciência ao constatar que luta vã empreendia para tentar revelar o que ocorria Angola e na África em um país preconceituoso e surdo como os Estados Unidos. Deolinda toma consciência de que o trabalho desenvolvido na América do Norte é lento e se projeta para um futuro distante, o que intensifica o desejo de voltar ao continente africano para agir, mesmo que para isso tenha de adiar o sonho de ser médica. Ela acredita que o estudo é uma contribuição importante para a Angola independente e aconselha as amigas a buscarem cursos pensando em como poderão ajudar a construir o novo país, mas ele sente a necessidade de agir para que outros tenham a mesma oportunidade que ela e as amigas tiveram.

Não sei como estás, assim como a Ruth [...] agrada-me que estás em contato com o MPLA e alguns patrícios. [...] gostei de ouvir acerca dos teus planos; claro este curso é muito necessário para nós e útil. Se tiveres dúvidas quanto à aplicação do curso em Angola ou qualquer outra hesitação escreve ao MPLA, pois eles podem nos guiar na escolha dos cursos mais sabiamente por causa da experiência e visão longa deles; assim é que faço: quando preciso de sugestão recorro a eles (RODRIGUES, 2004, p.89).

E afirma na sequência: "Como seria ótimo estarmos juntas e discutirmos assuntos relacionados à nossa terra, à situação humana em geral e, principalmente, os da mulher africana" (RODRIGUES, 2004, p. 92). A autora sabe que suas cartas serão lidas por mais de uma pessoa por tratar-se de um instrumento de comunicação eficaz em tempos de guerra e por isso algumas são escritas para várias pessoas ao mesmo tempo visto que os portadores eram poucos já que os correios não eram confiáveis. Outra estratégia utilizada é a transcrição de cartas recebidas para que as amigas possam compartilhar das orientações e notícias vindas de Angola e passa-las adiante. Então, as cartas deixam de ser pessoais e passam a ser coletivas em função do movimento e da independência.



> NÚMERO 06 – Junho de 2013 ISSN: 2176-5782

Dentre inúmeros assuntos tratados nas cartas encontra-se a dificuldade de conciliar o papel social atribuído à mulher com as novas funções no Movimento de Libertação de Angola. A busca por um espaço para elas dentro do movimento se revela na carta escrita a Uija e Ruth, que contém o projeto da Organização das Mulheres Angolanas (OMA). Essa carta tem o formato pedagógico para que fique muito clara a proposta e o raciocínio da autora. Assim, ela divide a proposta em nove tópicos, que se subdividem em dois outros (letras a e b):

Muitíssimo obrigada por esse recorte sobre organismos femininos em 'Kry [...] vamos fazer dois pactos:

- a) Descobrir revistas femininas e jornais de mulheres africanas, publicadas onde quer que for e assiná-los.
- b) Enviarmos umas às outras artigos ou cópia deles sobre organizações e atividades femininas, etc. Que tal?

Temos que organizar agora a Secção Feminina e entrar em acção. (RODRIGUES, 2004, p. 122).

A última frase, iniciada pelo verbo "temos", indica a urgência dessa organização e é certo que Deolinda sabia da importância da participação das mulheres no movimento pelo fato de serem poupadas pelos portugueses pela suposta fragilidade feminina, como foi informada em uma carta recebida de Angola, e ela viu nesta atitude dos portugueses a oportunidade das mulheres formarem uma frente de resistência.

A não ser os lugares bombardeados, só as mulheres estão a ser escassamente poupadas pelos massacres da pide na nossa Terra. Portanto cabe-nos cumprir o nosso dever e agir imediatamente. A Secção Feminina do MPLA tem de se organizar e entrar em acção, sem demora (RODRIGUES, 2004,p. 123).

Nesta carta, ela usa o verbo de modo incisivo para demonstrar a urgência da organização feminina e pede que sejam encaminhados os contatos dos angolanos que forem para os EUA com a intenção de entrar em contato com eles para formarem o que ela chama de Família Angolana. A preocupação de Deolinda é a de que seus conterrâneos se deixem



> NÚMERO 06 – Junho de 2013 ISSN: 2176-5782

seduzir pelas missões protestantes americanas ou que sejam aliciados por Holden, com quem ela trava uma guerra particular. Com essa intenção, começam a troca de endereços dos angolanos que estão fora do país com a finalidade de que os contatos sejam estabelecidos e que elas possam "agir imediatamente", como pede a autora.

Estamos empenhados em manter contacto com todos quantos cá se instalarem para formarmos uma só Família, a Angolana, e também para evitar descarrilamentos provocados pelas missões e pelos imperialistas Angola neste país:

- a) a limitação paternalista não só das missões como também do próprio governo
- b) a propaganda negativa que o Holden e as missões espalham contra o MPLA [...] Pouco a pouco estamos a apresentar o MPLA a esta gente. Nada nos pode deter.

A insistência da autora nesse contato com os angolanos que migraram para os EUA e para o continente europeu se justifica pelo fato de que o movimento em prol da independência angolana precisava se fortalecer e o modo mais eficaz para alcançar esse objetivo seria trazer esses conterrâneos que estavam fora de Angola para o movimento e torná-los divulgadores das mazelas que Angola sofria nos países em que viviam. A respeito dos movimentos de libertação que surgiam em Angola, Deolinda tinha a firme convicção de que essa divisão interna só trazia dificuldades para a independência do país, e ela não conseguia compreender o porquê dessa luta interna, afinal, se todos buscavam o mesmo ideal, então: "Angola não é só MPLA nem UPA; é de todos os angolanos" (RODRIGUES, 2004, p. 145). Na tentativa de promover essa união usa a estratégia de unir a mulheres e a partir dessa organização os rumos de Angola poderiam ser redefinidos:

Sim um dos sectores em que nós, raparigas de Angola podemos ser úteis, é contactar os que forem saindo e trazê-los para o seio da Família Angolana que já está fora, sem discriminação de qualquer espécie. Uma palavra amável, sincera e oportuna pode destruir mil



> NÚMERO 06 – Junho de 2013 ISSN: 2176-5782

barreiras e desuniões. Portanto, temos de nos lançar a sério nesta tarefa também. Outro contacto: vamos trocar endereços dos que forem saindo, irmãs? Assim, vos espicaçais de dum lado e nós aqui de outro (RODRIGUES, 2004, p. 123- 124).

É possível considerar que essa carta foi a proposta inicial para a formação da Organização da Mulher Angolana (OMA), criada oficialmente em 1962 que foi exatamente o ano em que Deolinda retorna ao continente africano. A organização é a ala feminina do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e existe até hoje e foi um importante apoio às forças guerrilheiras dentro e fora de Angola, visto que sustentava a base do movimento com atividades como produção de alimentos para o exército guerrilheiro, campanhas de alfabetização, cuidados de saúde, transporte de armamentos e alimentos a grandes distâncias, entre outras ações. Externamente, divulgavam os acontecimentos internos em Angola e davam suporte aos angolanos exilados ou que saíam para estudar e após a independência, a OMA teve, enfim, influência nas questões políticas referentes aos direitos das mulheres.

As cartas de Deolinda datadas de 1963 e 1965, após o retorno para o continente africano, mudam o tom da urgência de ação para relatos das atividades na OMA e passam a ser mais curtas e a projetar o presente, diferindo das cartas anteriores, as quais projetavam o futuro. Nelas, as ações e as narrativas das atividades exercidas são o assunto predominante, e Deolinda atualiza as amigas sobre os acontecimentos que vivencia e continua a incentivá-las ao estudo, para poderem ajudar o país após a independência.

Na carta enviada à Maria, datada de 29/09/63, as atividades são intensas, visto que ela cita as constantes viagens ao Baixo-Congo a Leo (Leopoldeville) para reuniões. Pela escrita, é possível verificar que Deolinda está aliviada por ter voltado, sente-se útil nas atividades, mas decepcionada com os rumos que o MPLA toma. Ela inicia o texto dando notícias de D. Violante e, em continuação, cobra o relatório para a OMA do congresso do qual elas participaram: "Foi pena vocês não fazerem relatório só para a OMA: há o dia-a-dia do congresso apontado pela Mariazinha, as tuas notas e um ou mais trabalho da Ana. Enfim,



> NÚMERO 06 – Junho de 2013 ISSN: 2176-5782

deve ter sido falta de tempo. Vou lembrar a OMA para te mandar dizer suas impressões sobre o congresso" (RODRIGUES, 2004, p. 143).

Em relação à OMA, ela informa que se tem conseguido progredir: "Participei da reunião da OMA neste domingo e vi que o trabalho está a andar bem. Há aulas de alfabetização duas vezes por semana e de politização uma vez por semana" (RODRIGUES, 2004, p. 143). Mas reclama a falta de alistamento das mulheres o que acarreta mais responsabilidades a número pequeno de pessoas: "Sabes em quantos somos no nosso quarto em Leo, agora? Oito pessoas (Luisa, Lina, Rita, Lena Gonçalves, D. Maria da Rocha, Mme Tshiringueno e o bebé e eu)" (RODRIGUES, 2004, p. 145). Até então, o trabalho das mulheres parece avançar, mas, nesse período, o MPLA passa por momentos difíceis no Congo, para onde vão os refugiados de guerra vindos de Angola. Um dos principais problemas vividos é a oposição de Holden, que tenta aliciar os refugiados para UPA e instiga o governo local a dificultar e impedir as ações do MPLA. Essa angústia é dividida com Maria e outro motivo que a deixa inquieta é o fato de a UPA dificultar a entrada de dois movimentos na luta pela independência angolana e acusá-los de colaborar com os portugueses o que na visão dela, seria um equívoco, pois a reabilitação desses grupos seria um ganho em prol da libertação angolana:

Evidentemente, os upostas e seus compadres atacam o FDLA por incluir o MDIA, Ngwizako e Ntobako que colaboravam com os portugueses. Nossa resposta é: a posição desses partidos é igual à do PDA antes de participar no FNLA, reabilitou-a. A entrada do MDIA, etc., também habilita esses partidos que estavam a ser mal orientado e aproveitados pelos portugueses. [...] Se os pequenos se juntam, fazem uma força grande; e este é o medo do Holden (RODRIGUES, 2004, p. 144).

Nas argumentações sobre o direita à independência de Angola, Deolinda retoma a autodeterminação que a ONU institui depois da Segunda Guerra e acusa a posição da Organização das Nações Unidas em não reconhecer a opressão portuguesa sobre as colônias.



> NÚMERO 06 – Junho de 2013 ISSN: 2176-5782

Vale lembrar que os EUA fizeram "vistas grossas" à forma como Portugal resolveu essa questão, já que o Arquipélago da Ilha da Madeira foi uma importante base para os EUA no período da Guerra Fria e, por mais que os países africanos que ansiassem independência e fizessem pressão, não conseguiam o embargo americano sobre Portugal. Nessa perspectiva, Deolinda não vê outra saída que não seja a luta armada:

[...] só a luta armada pode fazer a unidade dos partidos e trazer o reconhecimento do nosso direito à autodeterminação pelos portugueses. Sem uma luta armada forte lá dentro, é escusado. Os militantes bons estão firmes e é melhor haver um MPLA de 10 membros fixes do que um MPLA de 50 ou 100 membros oportunistas (RODRIGUES, 2004, p.145).

Os conflitos estão acirrados nesse período e Deolinda preocupa-se em circular as informações, para que todos pudessem opinar nas decisões e ajudarem da melhor forma possível. Ela repassa o relato de Agostinho Neto sobre a Conferência de Dakar e convoca novamente à ação: "[...] luta difícil a nossa acrescida entre as massas. Mas nada nos pode fazer parar" (RODRIGUES, 2004, p.147). Para Deolinda a urgência de lutar, de pegar em armas, parece que, para ela, é hora de a OMA ir para a frente de batalha e não ficar apenas no apoio. Assim, ela passa a usar uma palavra de ordem nessas duas últimas cartas, que é "Vencer ou Morrer" (título do jornal do MPLA) que passa a fazer parte da assinatura de Deolinda. "Não percam a calma nem fiquem em lamentações. Mais do que nunca, precisamos de ação. Tenham ânimo e sempre em frente. Estudem muito e haja saúde" (RODRIGUES, 2004, p. 151).

A última carta é enviada à Lili, estudante angolana na Alemanha, datada em 04 de março de 1965.

Aqui a vida é esta: bastante trabalho, alguns avanços, e muitos empurrões dos adversários. A nossa luta é dura e longa, Lili, mas não temos outra safa se não continuar firmes e avançar. Se não o fizermos, quem vai libertar Angola por nós? Nós somos todos humanos e combatemos, ao mesmo tempo em que cometemos muitos erros, Lili.



> NÚMERO 06 – Junho de 2013 ISSN: 2176-5782

Mas temos de aprender das falhas do passado, emendar-nos e continuar alertas e unidos (RODRIGUES, 2004, p. 159).

Além do balanço dos erros e acertos do movimento, as cartas passam também a testemunhar os momentos da luta e organização do MPLA, e a autora continua a se utilizar delas para fazer denúncias da inserção dos governos português e americano em oposição aos movimentos de independência.

Ultimamente os inimigos da libertação e da felicidade do Povo Angolano estão activos demais a fazer tudo para abortar a nossa Revolução. Como viram que o trabalho deles de asfixiar o MPLA em 1963 não deu resultado, agora estão a usar novas tácticas: a embaixada portuga aqui corrompe os angolanos por um lado e os ianques corrompem angolanos e africanos, por outro lado (RODRIGUES, 2004, p.160).

Em julho de 1964, ocorre a conferência africana de chefes de Estado e governo, sediada no Cairo, e o MPLA tem de se esforçar para que o movimento seja reconhecido e obtenha os mesmos direitos da FNLA, de Holden. Em 1965, conforme aponta Lentin, as excolônias britânicas e francesas ainda estão ligadas às metrópoles por razões econômicas e políticas, e as conferências se encerram. É certo que Deolinda estava a par desses acontecimentos, mas não se deixa abater:

[...] Mas todos nós precisamos dar tudo tudinho ao Movimento e estarmos prontos para restaurar a dignidade do povo angolano. [...] Muitos kandandus cheios de saudades para ti, Emília, Dorita, Feliciana, Carolina e Tete. Espero foto de todas. Bons estudos e toda coragem (RODRIGUES, 2004, p. 160).

Dois caminhos foram mencionados no início deste trabalho, com o intuito de conhecer melhor Deolinda Rodrigues e seus ideais, por intermédio de suas cartas: o primeiro se refere às cartas que relatam suas vivências fora do continente africano; o segundo diz respeito aos



> NÚMERO 06 – Junho de 2013 ISSN: 2176-5782

relatos das suas experiências no continente africano. Essas cartas são um material que testemunham a vida de uma mulher no momento em que antecede a guerra de independência e do período da guerra propriamente dita. Seria produtivo, além de ser um rico material, o acesso às respostas enviadas à Deolinda pelas mulheres com as quais ela se correspondeu. São documentos importantes, na perspectiva de se compreender melhor como foi esse período da história de Angola. Neste trabalho, debruçamo-nos somente nas cartas às mulheres com o objetivo de discutir a mulher e a guerra.

Das leituras feitas e análise das cartas, concluímos que a participação das mulheres, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, bem como no continente africano, foi fundamental na guerra de independência — seja no apoio, na produção de alimentos, na alfabetização —, preparando-se na formação superior para ajudar o país no período pósindependência, nos cuidados com a saúde e no apoio aos exilados e aos que saíam para formação superior. Tais propostas foram feitas por Deolinda em cartas que dão testemunho do trabalho desta mulher tão decidida em tornar Angola independente, mesmo que para isso fosse necessário dar a própria vida, como Langidila mesmo assinava: "vitória ou morte".

O que podemos afirmar é que as estratégias traçadas por ela demonstram a maturidade e a visão do mundo desta mulher, que teve como primeira ação trabalhar no escritório da UPA e, depois, traçou as ações que considerava importantes para o sucesso da independência, qual seja a divulgação na universidade das atrocidades feitas pelos portugueses nas colônias africanas. Ao perceber que não conseguiria em curto prazo os resultados que esperava, decide voltar ao continente africano, mas antes traça novas linhas de ações com as mulheres. Essa tomada de decisão em relação ao trabalho feminino foi pensada por ela ao ter notícias de que os portugueses poupavam as mulheres nas investidas que faziam frente as revoltas da resistência angolana, portanto, estas poderiam agir sem levantar suspeitas. Deolinda propõe às amigas, primeiramente, uma frente de ação fora do continente africano, que atuaria na busca pelos patrícios, os quais saíam para estudar, com o objetivo de trazê-los para o MPLA e divulgarem os acontecimentos de Angola. A segunda linha de ação seria no continente



> NÚMERO 06 – Junho de 2013 ISSN: 2176-5782

africano, com as mulheres que entrariam em outras frentes, as quais consistiam em alfabetização, ajuda aos refugiados e, ao mesmo tempo, trariam simpatizantes e novos membros para o MPLA; além disso, poderiam produzir alimentos para sustentar os guerrilheiros e levar armas sem levantar suspeitas. A percepção dessa mulher impressiona e demonstra a visão estratégica e a maturidade com que traçou as ações que, parece-nos, foram fundamentais ao sucesso do MPLA, como já afirmamos.

Finalizamos este texto com a sensação de incompletude, considerando a falta que fizeram as cartas enviadas à Deolinda pelas amigas que residiam na Europa, para sabermos se o que foi dito, sugerido, aconselhado teve a recepção desejada por ela. Se foram enviados os endereços daqueles que se mudaram para os EUA, em solicitação feita às amigas; se as assinaturas das revistas foram realizadas; se as mulheres acolheram e apoiaram os exilados. Contudo, a OMA foi fundada e sabemos que Deolinda fez a sua parte, um pouco impaciente, é certo, além de ser uma pessoa de difícil convivência, como Arendt também foi. Ficará, portanto, adiada para um devir a continuidade de um artigo que contemple essas outras cartas.



> NÚMERO 06 – Junho de 2013 ISSN: 2176-5782

REFERÊNCIAS:

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política:* ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução: S. P. Rouanet, trad., 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Carvalho, A. O. *Querida Henriqueta*: Cartas de Mário de Andrade a Henriqueta Lisboa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

Galvão, W. N.; Gotlib, N. B. *Prezado Senhor, prezada senhora:* estudo sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Lemos, R. *Bem traçadas linhas:* a história do Brasil em cartas pessoais. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

Paredes, M. Deolinda Rodrigues, da Família Metodista à Família MPLA, o Papel da Cultura na Política. Disponível em: http://cea.revues.org/135>. Acesso em: 03 dez. 2011.

Ribeiro, M. C. (2004) *Uma história de regresso*: Império, Guerra Colonial e Póscolonialismo. Disponível em: http://web.ces.uc.pt/ces/publicacoes/oficina/188/188. Acesso em: 05 dez. 2011.

Rodrigues, D. Co	artas da Lan	gidila e outro	os documentos.	Luanda: Nzila	, 2004.
. Diário	de um exílio	sem regresso	o. Luanda: Nzil	la, 2003.	

Santiago, T. Descolonização. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

Santos, M. D. dos. *Ao sol carta é farol*: a correspondência de Mário de Andrade e outras missivistas. São Paulo: Annablume, 1998.

Spivak, G. C. *Pode o subalterno falar?* Tradução: S. R. G. Almeida & M. P. Feitosa, A. P. Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.